

## EDITORIAL

Vol. 11, Núm. 30, set./dez., 2024

Sob o título **“Direitos Humanos: quando o atemporal pede atualização”**, o Número 30 prosperamente conclui o **Volume 11** da Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), classificado pela CAPES no estrato **Qualis A4**.

Os oito artigos que compõem a presente edição dialogam com o Direito a partir de uma perspectiva multidisciplinar, na linha da tradição da Revista Culturas Jurídicas, crítica ao pensamento jurídico tradicional e às desigualdades socioeconômicas a partir dele produzidas.

Mais especificamente, este Número 30 conta com autorias brasileiras e moçambicana, no caso dos escritos em português, bem como venezuelana, no caso do escrito em espanhol. Além disso, aborda, em diálogo com os Direitos Humanos, os temas da justiça climática, democracia, direito à alimentação, colonialismo, responsabilidade empresarial, proteção de dados e nome social.

Desta vez, busca-se destacar elementos novos ou que resistem ao tempo na vida humana que no contexto contemporâneo instigam a atualização das “tipicidades” aos Direitos Humanos (tradicionalmente teorizados como atemporais), fazendo-o sobretudo a partir de bases interpretativas já estabelecidas, mas que se reforçam nesse contexto e fortalecem tais instigações.

O **primeiro artigo** desta edição é intitulado **“Transición energética 4.0 - un enfoque multidimensional de la Justicia Climática y los Derechos Humanos”**, de **Henry Jiménez Guanipa**. O autor é advogado, Mestre em Direito pela *Universität Heidelberg* e Doutor em Direito pela *Ruhr-Universität Bochum*, ambas na Alemanha. Em seu trabalho, Jiménez Guanipa aponta as dificuldades que a humanidade enfrenta(rá) com os desdobramentos das mudanças climáticas e apresenta como alternativa de amenização dos impactos uma transição energética que considere fatores como os direitos humanos e a justiça climática. Nesse sentido, o autor sugere que haja a defesa de um direito ambiental comunitário, como previsto no Acordo de Escazú, de modo que seja possível uma mudança cultural, política, social e econômica, uma vez que a mera transição energética, na concepção do autor, é ineficaz para garantir uma justiça social plena, sobretudo nos países do Sul Global, em especial na América Latina.

O **segundo artigo** desta edição tem como título “**O cosmopolitismo jurídico em Seyla Benhabib: iterações democráticas e processos jurisgenerativos**”, de autoria de **Leonardo Bortolozzo Rossi**, Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - FCHS/Franca/SP. Este artigo apresenta o pensamento de Seyla Benhabib, professora turca que leciona na *Columbia Law School* (EUA), com ênfase em suas principais contribuições teóricas sobre iterações democráticas e processos jurisgenerativos, desenvolvidas no início do século XXI. O artigo traz a análise crítica de três das principais influências da autora: Immanuel Kant, Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Para a realização da pesquisa, o autor se utilizou de uma bibliografia crítica como metodologia, adotando uma abordagem qualitativa; e, como resultado, o texto demonstra a possibilidade de se atribuir novos significados aos direitos humanos sempre que estes são aplicados e interpretados pelos próprios atores sociais.

O **terceiro artigo** desta edição, de autoria de **Hugo Belarmino de Moraes**, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com período Sanduíche na *Benemérita Universidad Autónoma de Puebla* (México), e Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e **Ariadne Dias de Sá**, bacharela em Direito pela UFPB, traz uma reflexão importante sobre a insegurança alimentar no Brasil. Intitulado “**De Volta ao Mapa da Fome: Pandemia, Agronegócio e as Contradições na Efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**”, o estudo analisa a contradição entre o recorde de produção agrícola e o aumento da fome no país. Assim, resgata as raízes históricas do problema, ligadas ao modelo latifundiário e exploratório desde a colonização portuguesa, que ainda influencia a estrutura fundiária atual. Além disso, destaca que a modernização do agronegócio prioriza a exportação de *commodities* em detrimento da agricultura familiar, dificultando o acesso à alimentação. Também aborda os impactos ambientais, como desmatamento e uso de agrotóxicos proibidos na Europa. Diante desse quadro, o autor e a autora argumentam que a fome no Brasil resulta de escolhas políticas e econômicas, não de escassez, e defendem a priorização da agricultura familiar e da soberania alimentar para garantir o direito à alimentação adequada.

O **quarto artigo** desta edição é da autoria de **Titos Moamba**, mestre em Filosofia pela Universidade Pedagógica de Moçambique, e vem intitulado “**O pluralismo jurídico em Moçambique: reconhecimento do direito consuetudinário?**”. O texto discute o sistema colonial, que descredibilizou a cultura local em favor do Direito estabelecido pelo Estado. Essa estratégia de “harmonia coercitiva” ignorou os métodos tradicionais de resolução de conflitos.

A colonização portuguesa utilizou as Autoridades Tradicionais para ligar o colono às populações, explorando mão de obra e cobrando impostos. Embora houvesse quem defendesse a colonização como um encontro cultural positivo, essa visão foi contestada por outros que apontaram discriminação e racismo. Com a independência, buscou-se revalorizar os direitos consuetudinários, a despeito da marginalização. O estudo de campo realizado em 2021 busca compreender como os ordenamentos que administram conflitos sociais se relacionam, os níveis de tolerância jurídica entre os Direitos Consuetudinários e o Direito Positivo e se existe alguma estratégia de ocultação que possa levar a uma ordem monista em vez de pluralista.

O **quinto artigo** desta edição, intitulado “**A responsabilidade da empresa na consecução de direitos humanos**”, é de autoria de **David Felice** (Doutorando em Engenharia Elétrica na Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/SP), **Bruno Tuzzi** (Doutorando em Ciências Econômicas no Instituto de Economia da UNICAMP/SP), **Camila Santana** (Mestranda em Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP/SP), **Carla Chiamareli** (Mestranda em Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP/SP) e **Juliana Salvadeo** (Bacharela em Gestão de Políticas Públicas na Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP/SP). A pesquisa é fundamentada na emergente globalização e desfronteirização das relações laborais e financeiras – principalmente no contexto das empresas transnacionais. Mediante a combinação de métodos dedutivos e indutivos, os autores e as autoras se propõem a analisar, no cenário internacional, “se” e “como” estas empresas promovem os Direitos Humanos aos seus empregados, além de problematizarem as consequências do cenário observado. A pesquisa realiza uma abordagem metodológica plural que reflete a diversidade da formação acadêmica de seus autores e suas autoras, conferindo primazia à abordagem dogmático-normativa.

O **sexto artigo**, “**O direito à proteção de dados pessoais: um estudo do panorama legislativo da América Latina**”, oferece um panorama legislativo do direito à proteção de dados pessoais a partir de rica análise documental, embasada em normas intra e infraconstitucionais de 20 países latino-americanos. A autoria é de **Haide Maria Hupffer** (Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS; professora do Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental e do curso de Direito da Universidade Feevale/RS) e **Gabriel Cemin Petry**, mestrando em Direito Público pela UNISINOS/RS. A minúcia e o aprofundamento da pesquisa em nada prejudicam a organização exemplar dos dados obtidos pelo autor e pela autora. Ao contrário, conceitos como “liberdade digital” e

“digitalização do corpo” são arrematados em relevantes indagações acerca da importância da proteção dos dados pessoais na atualidade.

O sétimo artigo desta edição tem como título **“O reforço do fundamentalismo cristão no Brasil via linguagem jurídica”**. A autoria é de **Felipe Castro** (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Professor do curso de Direito da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró/RN). Este artigo reflete sobre os impactos da sobreposição das racionalidades neoliberal e neoconservadora no campo jurídico brasileiro. A pesquisa apresenta dados empíricos que apontam na direção de uma instrumentalização do campo jurídico como reforço do fundamentalismo cristão na esfera pública brasileira.

O oitavo e último artigo desta edição é intitulado **“Gênero e direito à cidade: repensando o planejamento das cidades pela perspectiva feminina”**, de autoria de **Isadora Batistella Devólio** (Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas), **Giulia Martins Alvarez** (Mestra em Direito pela PUC-Campinas e Professora titular de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina) e **Fernanda Carolina de Araújo Ifanger** (Doutora e mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular categoria A1 da PUC-Campinas. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito (PPGD) da PUC-Campinas). O texto desenvolve uma reflexão sobre o direito à cidade na chave da perspectiva de gênero, enfatizando a evolução dos direitos das mulheres na ocupação dos espaços públicos e os resultados das dinâmicas de gênero no acesso ao espaço urbano. O estudo foi elaborado a partir de pesquisa qualitativa, com manejo de revisão bibliográfica, apontando para elementos voltados à construção de cidades equitativas e participativas, com a atuação protagonista feminina no planejamento urbano.

Assim, esperamos que as colaborações apresentadas nesta edição da Revista Culturas Jurídicas avancem a perspectiva interdisciplinar, crítica e plural no Brasil e na América Latina, nas searas acadêmica, social e jurídica. Aproveitamos para agradecer às autoras e aos autores pelos excelentes artigos e pelo empenho em suas respectivas pesquisas, com a lembrança de que as portas da RCJ estão sempre abertas para receber conteúdos de qualidade que somem na expansão das culturas jurídicas e da epistemologia crítica.

**Enzo Bello**

(Editor-Chefe da RCJ)

**Mestrando Pedro Gabriel da Conceição Pereira**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Nathália Damasceno Victoriano**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Bianca Faria Ferreira**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Carlos Eduardo Famadas**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Juliana Pieruccetti Sengès Waksman**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Juliana Mello de Queiroz**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Júlio César Oliveira Godinho**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Letícia Carvalho Massacesi Soares**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Luísa Barreto de Albuquerque Ebrahim**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Lucas Vignoli de Moraes**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestrando Mark Clark Lopes de Moraes**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Michelle Pereira Malaquias**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Rafael Ferreira de Albuquerque Costa**

(Editor-Assistente da RCJ)